

Um fórum para o entendimento

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Com as presenças dos líderes de todos os partidos políticos, incluindo os de esquerda, foi instalado ontem o Fórum do Congresso. Elogios, ponderações e divergências sobre a iniciativa marcaram o primeiro encontro, sem que os líderes entrassem em discussões específicas sobre a crise brasileira. Ficou marcada para a próxima quarta-feira uma nova reunião, quando os partidos definirão normas de funcionamento do fórum e uma pauta de trabalho.

“Não temos a preocupação de competir com o Poder Executivo”, afirmou o líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA). Ele lembrou que o governo já fez uma tentativa de promover o entendimento nacional, excluindo os partidos políticos, e falhou. Genebaldo propôs que o fórum fosse composto pelos líderes partidários, até mesmo os governistas, e pelos presidentes da Câmara e do Senado.

Sugeriu também a criação de comissões mistas destinadas a tratar de temas específicos, já que o objetivo é instituir dentro do Congresso uma discussão ampla da crise brasileira. O líder salientou, porém, que a prioridade, nesta primeira fase, deve ser a questão salarial.

Também os líderes governistas concordaram em que a fixação de uma política salarial permanente, para começar a vigorar no País a partir de agosto, deve ser a prioridade do Fórum do Congresso. Tanto o líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG), quanto o do bloco governista, Ricardo Fiúza (PFL-PE), sugeriram, no entanto, que a ação do fórum se limite à discussão e à elaboração de um projeto de lei sobre política salarial. Ao se abrir a discussão de toda a problemática nacional num fórum como este, podemos frustrá-lo”, disse Souto. Fiúza alertou para o risco de as discussões virarem debates de corporações e frisou que o governo não

poderá ser excluído dos debates.

Mas enquanto Souto e Fiúza propunham a limitação dos temas, no âmbito do fórum, o vice-líder do bloco governista, Arnaldo Faria de Sá (SP), ia além. “Vamos propor na reunião de quarta-feira que se discuta o ‘projeto’ do governo”, informou o deputado, que também é líder do PRN. Essa ideia não agrada aos partidos de esquerda, que não querem misturar o “projeto” com o Fórum do Congresso.

“Essa é uma iniciativa restrita do Congresso Nacional”, afirmou o líder do PT, deputado José Genoíno (SP). Ele fez questão de frisar que a busca do entendimento nacional não quer dizer que os partidos abriam mão de suas posições e do direito de discordar. “Não podemos aceitar a camisa-de-força do entendimento nacional”, afirmou. Genoíno também sugeriu que fosse delegada aos partidos a tarefa de conduzir as discussões para preservar as presidências da Câmara e do Sena-

do de qualquer desgaste político. Ponderação semelhante foi feita pelo líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ). Ele afirmou ter pensado que a reunião de ontem seria apenas para a troca de ideias sobre a iniciativa.

O líder do PDT no Senado, Mauricio Correia (DF), alertou para a necessidade de os partidos grandes e pequenos terem a mesma oportunidade de participação no interior do fórum. Isso para evitar que o controle fique, por exemplo, nas mãos do PMDB. O presidente do Senado, Mauro Benevides, garantiu que nenhum partido controlará o fórum. Ele disse, no entanto, que a ampliação dos temas a serem discutidos “é inevitável”, opinião partilhada pelos demais líderes de oposição.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), o Congresso não está instituindo nenhum organismo singular. “Está-se explicitando, numa prática, a função própria do Congresso Nacional”, afirmou.